

Belluzzo contra as reformas

*Economista e professor da **Unicamp**, que está no Recife, diz que o Brasil vive atualmente o que chamou de “sufocamento burocrático”*

No Recife para divulgar o livro *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da **Universidade de Campinas (Unicamp)** e ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, é uma voz forte contra as atuais reformas trabalhista e da Previdência. Crítico do governo Temer, Belluzzo acredita que o Brasil vive hoje um sufocamento burocrático e que para reaquecer a economia é preciso desenvolver o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), que está parado, manter e ajustar a política de conteúdo local, que está sendo reduzida, e ainda realizar reformas prioritárias como a política e a tributária,

que deveriam ser viabilizadas antes das reformas trabalhista e da Previdência.

“Precisamos de investidores para o país voltar a crescer. As concessões e parcerias podem alavancar o desenvolvimento da infraestrutura do país destravando a construção de rodovias, aeroportos, ferrovias e hidrelétricas, o que atrairia outros investimentos”, afirma. Para ele, a política de conteúdo local ajudaria a manter os investimentos dentro do país, facilitando as compras de máquinas e equipamentos de empresas e aumentando a produção nacional. “Hoje, as regras do conteúdo local não estão favoráveis ao Brasil. A pintura de navios, por exemplo, é considerada conteúdo local, mas



Belluzzo visitou o Diário e foi recebido por Maurício Rands

PEU RICARDO/DP

o que precisamos é de leis que incentivem a compra de peças e máquinas.”

Outra questão prioritária para o economista é a reforma tributária. Belluzzi diz que ela tenderia a resolver um dos maiores problemas do Brasil, que é a superregulamentação. “Isso é reflexo da interferência constante dos interesses privados no interesse do estado. Uma vez que há diversas categorias privadas olhando para seus próprios benefícios e influenciando o estado, é preciso recorrer às leis para definir o certo e o errado”, relaciona. Um avanço, para Belluzzi, seria a cobrança de impostos sobre dividendos e a diminuição da alíquota do Iposto de Renda para os trabalhadores.

Quanto à reforma trabalhista, já aprovada, Belluzzi vê com descrédito os benefícios reais. “A reforma trabalhista pode ser traduzida como uma forma de aumentar a terceirização e a precarização do trabalho e fragilizar os sindicatos, colocando o pagamento da mensalidade como opcional, ao mesmo tempo em que deixa o resultado das negociações sindicais acima da legislação. É um insulto à inteligência.” Em relação à reforma da Previdência, ele é igualmente crítico e acredita que o texto erra ao não unificar todas as categorias, permitindo que alguns setores da sociedade ou “castas”, como ele chama, continuem com seus privilégios.